

- das participantes oriundas de outros estados, incluindo as mulheres citadas na matéria jornalística?
3. O Ministério das Mulheres, diretamente ou por meio de entidades parceiras, contratou, autorizou, apoiou ou recomendou o uso do espaço mencionado na reportagem (descrito pelas manifestantes como “cocheira”, “estábulo” ou “lugar onde ficavam os cavalos”) para o alojamento das participantes? Em caso afirmativo, encaminhar cópia integral dos contratos, convênios, termos de execução e documentos correlatos.
 4. Houve vistoria prévia, laudo sanitário, avaliação de habitabilidade ou parecer técnico que atestasse condições adequadas do local utilizado para alojamento das manifestantes? Em caso afirmativo, encaminhar cópia integral desses documentos.
 5. Quantas mulheres foram alojadas no espaço mencionado na matéria, discriminadas por estado de origem, faixa etária e condições de vulnerabilidade (idosas, crianças, gestantes, portadoras de doenças crônicas etc.)?
 6. O Ministério das Mulheres foi informado durante o evento sobre as denúncias feitas pelas participantes relativas às condições degradantes do alojamento? Caso afirmativo, quais providências foram tomadas de imediato?
 7. Considerando que, segundo a reportagem, pessoas idosas, crianças e mulheres com comorbidades dormiram em local semelhante a um estábulo, quais medidas o Ministério pretende adotar para apurar responsabilidades e evitar a repetição de situações que afrontem a dignidade das participantes de eventos apoiados pelo Governo Federal?
 8. Há apuração interna, sindicância, processo administrativo, ou investigação conjunta com outros órgãos do Governo Federal sobre o caso? Em caso afirmativo, informar o número do processo e encaminhar cópia integral.



9. Quais diretrizes, parâmetros ou critérios o Ministério utiliza ou pretende utilizar para assegurar condições mínimas de dignidade, segurança, salubridade e respeito às mulheres — especialmente mulheres negras — em eventos patrocinados, organizados ou apoiados pela pasta?

JUSTIFICAÇÃO

Matéria jornalística de grande repercussão publicada pelo portal Poder360 relata que mulheres negras que participaram da Marcha das Mulheres Negras, realizada em Brasília, denunciaram ter sido alojadas em um espaço que seria originalmente destinado a cavalos, descrito como “estábulo”, com “feltro e uma camada de serragem para encobrir o odor”, situação que teria gerado humilhação e indignação entre as participantes.

Segundo a reportagem, “mulheres negras que vieram de Santa Catarina para participar da marcha disseram ter dormido em um estábulo”, afirmando ainda que havia crianças, idosas e pessoas com problemas respiratórios dormindo no local. De acordo com a matéria, as manifestantes relataram ter sido tratadas “como animais”, sendo essa descrição especialmente grave diante da simbologia de racismo estrutural e violência institucional evocada pelos relatos.

Ainda conforme o Poder360, até a publicação do texto, “o Ministério das Mulheres não havia respondido aos questionamentos da reportagem”, o que reforça a necessidade de esclarecimentos formais por parte da pasta.

Tais informações, se confirmadas, evidenciam possível violação à dignidade humana, ao direito de manifestação, aos princípios constitucionais da Administração Pública e ao dever estatal de assegurar condições adequadas às mulheres que participam de atos públicos apoiados pelo Governo Federal.

O presente Requerimento de Informação visa elucidar os fatos, apurar responsabilidades e subsidiar esta Casa Legislativa no exercício de seu poder constitucional de fiscalização e controle externo.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2025.



Deputado **HELIO LOPES**
PL – RJ

Apresentação: 01/12/2025 11:06:12.407 - Mesa

RIC n.8011/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259231748200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helio Lopes



* CD 259231748200 *